



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## ATA DA 1º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE COOPERATIVISMO - CECOOP 2024.

**Data:** 30/04/2024

**Horário:** 15:00 às 16:30

**Local:** Prédio da OCMEG - Rua Ceará, nº 771 - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG.

### **Pauta:**

Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2023 do CECOOP, andamento das ações relativas às demandas dos setores cooperados: Agropecuário, saúde, transporte, crédito e algumas considerações e direcionamentos do conselho.

### **Lista de participantes da reunião**

Kathleen Garcia Nascimento – Presidente do Conselho; Marco Antônio Mendonça Gaspar - Suplente; Ronaldo Ernesto Scucato - Presidente do Sistema OCEMG; Samuel Flam - Vice Presidente do Sistema OCEMG; e demais membros do conselho; Samir Colozio Melles, Fernando Barbosa e Benício de Abreu, Felipe Paschoal de Moura, Silvestre Dias, Diogo Soares de Melo Franco, Laura Mangualde, Alexandre Gatti Lages, Geraldo Magela da Silva, Marco Valério Araújo Brito, José Ailton Junqueira de Carvalho, Marcelo Candiotto M. Carvalho, Raquel Caroline da Silva, Alexandre Gatti Lages. Participantes Juliane Oliveira de Miranda e Djalma Cossão Neto - Assessores técnicos da Superintendência de Micro e Pequenas Empresas.

Aos 30 (trinta) dias do mês de abril de 2024, reuniram-se os membros do Conselho Estadual de Cooperativismo - CECOOP. Fernando Abreu deu início ao ato, cumprimentando e agradecendo a presença de todos, e passou a palavra para a Presidente do Conselho, a Sra. Kathleen Garcia; após cumprimentar todos os presentes, a Presidente passa a palavra ao Sr. Ronaldo Scucato, que agradece e enfatiza como é bom estar novamente em formato presencial. Após, todos se apresentaram e foi dado início à apreciação dos temas em pauta. Como primeiro ponto, a pauta da 2ª reunião Ordinária de 2023 foi aprovada. Após isso, foi apresentado o andamento de ações referentes às demandas recebidas dos setores cooperados na última reunião, sendo passada a palavra ao Senhor Geraldo Magela. O mesmo apontou que foram realizadas rodadas de reunião na SEDE para entender as demandas e proceder com os devidos encaminhamentos feitos pela secretaria junto aos diversos órgãos do governo. O ramo agropecuário reivindicou, junto à Secretaria de Meio Ambiente, revisão do posicionamento da fiscalização Ambiental do Estado, destacando a necessidade de uma reunião específica para tratar desse tema, na SEMAD, sendo solicitada a presença da Secretária Marília. Também no ramo agropecuário, o Conselheiro Valério reivindicou junto à SEAPA e à SECULT, que os Cafezais de Minas, a partir do Sul de Minas, sejam reconhecidos como patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco. Mais uma pauta do ramo foi levada, dessa vez, à SEF. A mesma era relativa à utilização dos estoque de créditos de ICMS a serem aproveitados de forma a serem liquidados. A demanda é que a SEF faça regulamentação específica devido a muitas cooperativas terem um significativo volume de recurso de crédito de ICMS e, em períodos anteriores, este foi utilizado para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos. Sr. Silvestre da Secretaria da Fazenda se comprometeu também a agilizar esse processo e dar um retorno mais rápido. Outro tópico também foi uma solicitação feita pelo ramo de agropecuária, semelhante ao de ICMS, porém sobre o fornecimento de insumos aos cooperados por parte das cooperativas. Está sendo estudada a criação de um TTS - tratamento tributário simplificado específico para o ramo agropecuário com vistas a criar essa possibilidade para repassar às cooperativas. Apresentada pelas cooperativas de trabalho médico, outra demanda é a

importância de compartilhamento de dados e informações epidemiológicas, haja vista a interatividade que a saúde suplementar faz com o setor de saúde pública. Foi informado que houve reunião entre SEDE e Secretaria de Saúde sendo a solicitação muito bem acolhida, até já sendo criada uma força-tarefa para estudar o tema. Será objeto dessa iniciativa o tipo de formatação os dados que já poderia ser objeto do trabalho. Também ficou pra ser agendada de uma próxima reunião com objetivo de avaliar as questões da judicialização de medicamentos sendo essa também uma demanda das cooperativas de saúde. A ideia seria estudar um meio de facilitar esse processo para mitigar e minimizar a judicialização, promovendo a socialização de medicamentos pela descrição dos mesmos e também prevendo o custo de intermediação e regulação da cadeia de suprimentos. Do ramo do transporte, também foi discutida a questão da tributação de ICMS em relação aos insumos básicos cooperativos adquiridos, já abordada anteriormente, foi a questão do volume de crédito do ICMS e sua utilização para compra de máquinas e equipamentos, o que interessa as cooperativas de transporte que são parceiras das cooperativas agropecuárias. Outra demanda que o ramo de transporte, juntamente com o ramo agropecuário, apresentou é a questão do IPVA solidário e anotação do gravame. Segundo eles, as taxas são cobradas quando as cooperativas de crédito oneram a operação de crédito, esse assunto está na esfera do Tribunal de Justiça. Marcelo falou durante essas discussões, que "seria interessante que na SEMAD fizesse um treinamento, em uma linha orientativa, para os fiscais falarem a mesma linguagem pois há muita insegurança jurídica com o posicionamento fiscal. Não é foco deixar de cobrar o que tem que ser cobrado, mas a grande ideia é existir um alinhamento entre os fiscais de forma a se ter equilíbrio". Referente ao setor de laticínios, foi posto que, infelizmente o leite em pó vem sendo importado e transformado em leite líquido, o que é proibido. Foi solicitada uma regulamentação para habilitar o fornecimento favorecido de cooperativas ao governo, em escolas e presídios. Quanto a região do semiárido, em relação a barragens, foi indicada a necessidade de acompanhamento das ações que melhorem as condições dos produtores. Foi sugerido que os setores do agro possam fazer um benchmark com alguns produtores de cafés em relação à identificação geográfica, como o café do Campo das Vertentes e o café do Cerrado que já a possuem. Foi informado que a SEAPA tem uma equipe que trabalha o IG. O Senhor Silvestre, da SEF, apontou "a preocupação de sua secretaria, por meio do secretário, e até por orientação do governador, em entender a importância do Agro nesse processo todo de desenvolvimento e principalmente com a participação das cooperativas, solicitando que encaminhe para ele, por e-mail, todas as demandas. Com as demandas em mãos, haveria condição de chegar mais próximo aos setores demandados". O Senhor Samuel, vice-presidente da OCEMG, disse "foi uma coincidência importante falar sobre às questões do ramo da saúde, visto que, na pandemia do COVID essa interação de dados foi fundamental para a gente entender o que estava acontecendo e, não era só um compartilhamento de dados epidemiológicos, acabaram sendo três anos de equipamento de medicação e, o resultado disso, foi que no final de 2021, analisando a cidade de Belo Horizonte e do Brasil, com mais de 1 milhão de pessoas, o modelo de saúde utilizado aqui, se fosse utilizado no Brasil inteiro, teria beneficiado e 28 mil vidas teriam sido poupadas. Foi importante essa contratação, porque o compartilhamento de dados é fundamental, e quando você compartilha esses dados, você consegue enxergar com antecedência questões epidemiológicas e agir com maior velocidade. Definindo qual a área que você pode atuar com mais intensidade no combate. Então assim esse dado é fundamental. Ele é fácil de ser feito, ele não é complexo e ao serem compartilhados se dão as condições para que você tenha número suficiente para chegar à conclusão de quais as possibilidades que você tem pela frente". Fernando Abreu, encerrando a reunião, agradeceu a presença de todos e indicou que, para marcação de nova reunião será esperada a publicação do Decreto.

**Referência:** Processo nº 1220.01.0001761/2024-10

SEI nº 102702908